

Acritica
10/7/99 A-5
215

MINERAÇÃO

Exploração indígena ainda dá espaço a muitas dúvidas

Reprodução

FISCALIZAÇÃO FRÁGIL É UMA PREOCUPAÇÃO DA COMISSÃO QUE ANALISA A QUESTÃO. PESQUISAS VÃO DEFINIR OS LOCAIS DE EXPLORAÇÃO

ROSELI GARCIA
SUCURSAL DE BRASÍLIA

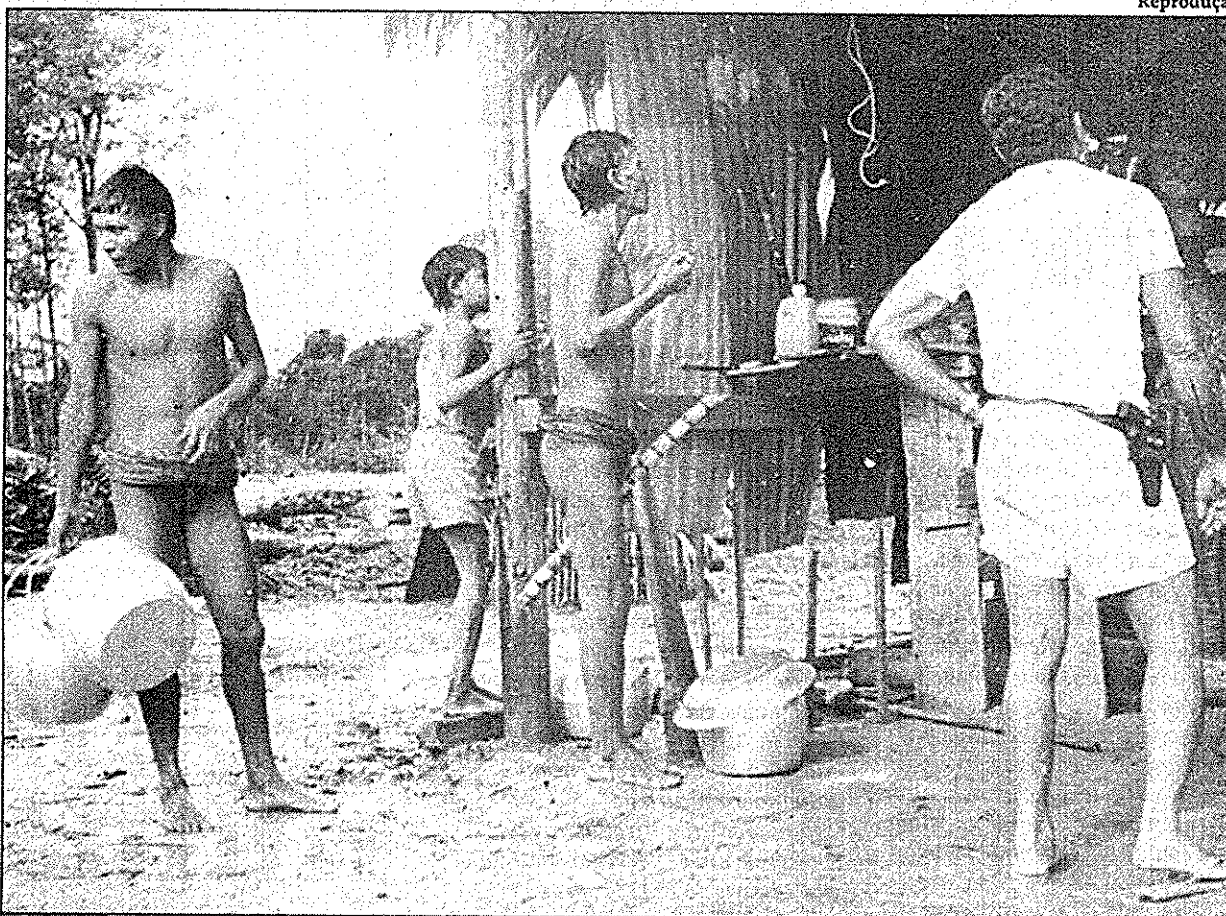
Uma audiência surrealista sobre exploração mineral em área indígena movimentou a Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. O diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Navarrete Fernandes Júnior, defensor dos direitos dos índios e os parlamentares dissecuraram a questão, mas o projeto que está sendo examinado pela comissão não pode receber emendas. O relator, deputado Josué Bengtson (PTB-PA), já apresentou um parecer favorável à proposta do senador Romero Jucá (PFL-RR), que só não foi votado na sessão anterior porque o líder do PT, José Genoíno (SP), impediu.

Navarrete reconheceu que o Estatuto das Sociedades Indígenas - que também depende de votação da Câmara - é mais abrangente do que o projeto de Jucá. "O estatuto abrange, por exemplo, a questão ambiental. A proposta do senador é exclusiva sobre mineração em área indígena", declarou o diretor. A oposição defende que a Câmara termine a votação do projeto sobre o Estatuto antes de examinar qualquer outra questão que envolva a causa indígena.

A intenção do Governo Federal, segundo Navarrete, é permitir uma exploração sustentável, com preservação do meio ambiente e das culturas dos índios. O representante do Departamento Mineral, vinculado ao Ministério das Minas e Energia, lembrou que o projeto do senador foi amplamente discutido com as entidades ambientalistas, indigenistas e as mineradoras. "Esse projeto foi o consenso possível", reforçou Romero Jucá, que apareceu na audiência pública e se colocou à disposição da comissão.

O coordenador do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Márcio Santilli, ex-presidente da Funai, fez um apelo para que os deputados aperfeiçoassem o projeto e que a exploração seja feita com muito rigor e fiscalização. Santilli foi informado pelo relator do projeto que não haveria tempo para apresentação de emendas, pelo menos na Comissão da Amazônia. A proposta será examinada ainda pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Miguel Navarrete tentou convencer os deputados de que o Governo não vai permitir uma exploração desordenada, que comprometa os



PERIGO Terras indígenas do grupo Ianomami despertam interesse das mineradoras com risco para a sobrevivência da comunidade

direitos indígenas ou o meio ambiente. "Não temos intenção de atropelar ninguém", disse o diretor, ressaltando a necessidade de uma aproximação entre o Legislativo e o Executivo para definir as regras e o cumprimento delas na atividade mineral.

Mas a disposição de controlar a exploração esbarra na eterna falta de infra-estrutura dos órgãos públicos. Santilli lembrou que a Funai não dispõe de geólogo nem tem a menor condição de fiscalizar a atividade. Ele sugeriu também que a União assumira a total responsabilidade sobre os danos causados em áreas indígenas e no meio ambiente, sem a necessidade de provocação por parte dos índios.

Com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), a deputada Vanessa Grazziotin (PC do B) apresentou dados que mostram a fragilidade da fiscalização. O DNPM tem oito geólogos no Amazonas e apenas um em Roraima, onde acontecem os principais conflitos envolvendo a questão mineral e estão localizadas as terras indígenas Ianomami e Raposa/Serra do Sol. Rondônia tem três geólogos, Tocantins dois e o Pará 11.

O diretor do Departamento de Mineração afirmou que existirá todo um ritual para liberar a exploração e que a atividade não será autorizada de uma única vez. "Antes vamos definir quais comunidades indígenas estarão preparadas para conviver com a atividade mineradora e com o homem branco", explicou. Haverá, ainda, avaliação e pesquisa para definir os locais onde as explorações devem acontecer.

SITUAÇÃO ATUAL

TÍTULOS EM TERRAS INDÍGENAS

Títulos	Quantidade
Requerimento de Pesquisa	6.706
Requerimento de Lavra Garimpeira	429
Requerimento de Licenciamentos	16
Total de Requerimentos	7.151
Alvarás de Pesquisa	232
Concessões de Lavra	21
Permissões de Lavra Garimpeira	9

DISTRIBUIÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE PESQUISA

UF	Quant. de Títulos	Area (ha)
Pará	2.523	20.953.142
Mato Grosso	1.268	7.764.239
Amazonas	760	6.368.743
Rondônia	773	6.216.336
Roraima	752	6.050.859
Amapá	114	809.697
Maranhão	60	424.110
Tocantins	35	276.111
Goiás	128	96.828
Bahia	117	89.187
Rio Grande do Sul	66	47.385
Acre	4	40.000
Mato Grosso do Sul	42	35.201
Paraná	17	19.871
Minas Gerais	6	5.594
Paraíba	12	5.308
São Paulo	15	5.286
Espírito Santo	4	4.738
Pernambuco	3	3.000
Alagoas	1	900
Ceará	6	239
Total Geral	6.706	49.216.774